

CLIPPING

Título: Opinião

Veículo: A Crítica

Data: 18.01.2019

Caderno: Sim & Não

Página: A4

Enfoque:
Positivo () Negativo () Neutro (X)

Finalmente, listão da Suhab vai ser público

Espécie de “caixa preta”, usado como barganha política nos últimos anos ou como moeda de troca para agradar, em boa parte, apadrinhados e cabos eleitorais, os programas habitacionais do Estado terão, a partir de agora, algo que já se esperava há vários governos: transparência. A iniciativa cumpre o que está determinado na Lei 4.767, de 11 de janeiro de 2019. Com base na legislação, a nova gestão da Suhab promete divulgar, ainda neste semestre, a lista oficial de inscritos nos programas habitacionais.

Às claras “Com a lista divulgada, qualquer cidadão já inscrito e não contemplado saberá sua colocação. O processo será totalmente transparente, evitando qualquer ato considerado de má fé”, disse ao SIM&NÃO a titular da Suhab, Keilla Cunha.

Organização De acordo com Keilla, a atualização de dados vai possibilitar um planejamento estratégico para minimizar o déficit habitacional do Estado.

Força-tarefa A divulgação da lista já foi acertada entre a Suhab, a Seas e a Prodam, em reunião esta semana. Falta apenas operacionalizar a publicação. Um grupo de trabalho foi criado para desenvolver a tarefa.

CLIPPING

Título: Opinião

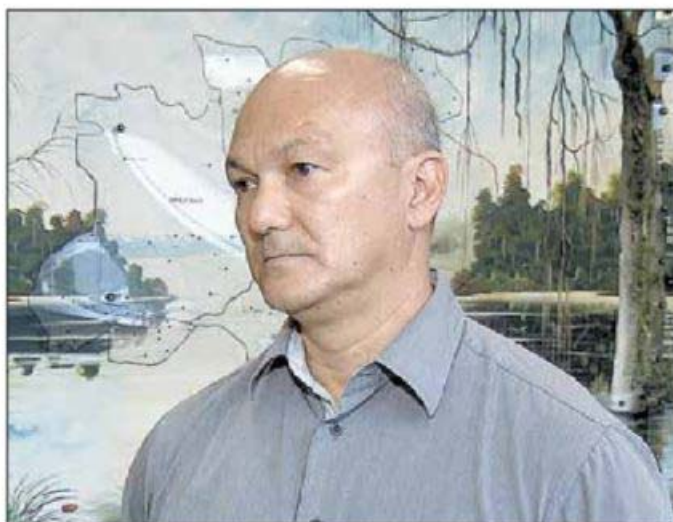
Veículo: Jornal do Commercio

Data: 18.01.2019

Caderno: Opinião

Página: A3

Enfoque:
 Positivo (X) Negativo () Neutro ()



Muitas novidades na Suframa

O novo superintendente da Suframa, coronel reformado do Exército **Alfredo Menezes**, desembarca em Manaus no final de semana para assumir o posto e promete uma revolução na autarquia. Deve rever o convênio com a Prefeitura de Manaus para o asfaltamento das ruas do Distrito Industrial; vai fazer um pente fino na concessão de terrenos nas áreas agrícolas de domínio do órgão e promete colocar pessoas capacitadas nos principais postos de comando. Isso tudo na abertura dos trabalhos. Quem tem conversado com ele percebe

que o presidente Jair Bolsonaro (PSL), pessoalmente, o orientou para agir com pulso firme a fim de moralizar os procedimentos e fortalecer a Zona Franca de Manaus. Só assim Menezes terá argumentos para convencer o super ministro da Economia, Paulo Guedes, de que o modelo de desenvolvimento precisa ser mantido, preservando os empregos e a arrecadação do Estado do Amazonas. "A Suframa vai voltar a ser forte, como era antes de Fernando Henrique Cardoso", garante uma fonte ouvida ontem pela coluna.

CLIPPING

Título: Índice que mede atividade da economia no Brasil recua em dezembro

Veículo: Jornal do Commercio

Data: 18.01.2019

Enfoque:
Positivo (X) Negativo () Neutro ()

Caderno: Economia

Página: A5

Índice que mede atividade da economia no Brasil recua em dezembro

O Iace (Indicador Antecedente Composto da Economia) para o Brasil fechou o mês de dezembro do ano passado em queda 0,8%, em relação a novembro. Apesar da retração, o indicador fechou dezembro em 115,8 pontos, o terceiro maior registrado ao longo de 2018.

O Iace agrega oito componentes econômicos que medem a atividade da economia no Brasil. A queda de 0,8% reflete a contribuição negativa de cinco dos oito componentes de novembro em comparação com dezembro.

Os dados fazem parte da pesquisa Sondagens e Índices de Confiança Iace e ICCE, divulgados hoje (17), pelo Ibre-FGV (Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas), em

parceria com o The Conference Board (TCB).

O ICCE (Indicador Coincidente Composto da Economia) do Brasil, que mede as condições econômicas atuais, também fechou em queda, recuando 0,7% em dezembro em comparação com novembro. Neste caso, a queda reflete retração em três dos seis componentes.

Na avaliação do professor e pesquisador da Ibre-FGV Paulo Picchetti, os resultados do Iace e ICCE em dezembro representam oscilações em torno da tendência de recuperação gradual, e não sinais de reversão do ciclo de atividades. "As expectativas positivas com relação à trajetória de retomada continuam condicionadas à aprovação das reformas

[econômicas] necessárias", disse.

Iace

Segundo a pesquisa, cada um dos oito componentes do Iace se mostra individualmente eficiente em antecipar tendências econômicas. "A agregação dos indicadores individuais em um índice composto filtra os chamados 'ruídos', colaborando para que a tendência econômica efetiva seja revelada".

O indicador permite uma comparação direta dos ciclos econômicos do Brasil com os de outros 11 países e regiões já cobertos pelo The Conference Board: China, Estados Unidos, Zona do Euro, Austrália, França, Alemanha, Japão, México, Coreia, Espanha e Reino Unido.

CLIPPING

Título: Reajuste sai neste mês

Veículo: A Crítica

Data: 18.01.2019

Enfoque:
 Positivo () Negativo () Neutro (X)

Caderno: Cidades

Página: C3

Anúncio foi feito ontem por Wilson Lima, que lançou pacote de obras para reformar 251 escolas

Reajuste sai neste mês

Em visita à Escola Estadual Nilo Peçanha, na Zona Sul de Manaus, ontem, o governador Wilson Lima anunciou que os professores da rede estadual de ensino receberão, já no pagamento referente ao mês de janeiro, reajuste salarial de 9,38%.

O pagamento a ser feito corresponde à última parcela dos 24,91% de reajuste concedidos à categoria no ano passado, após uma greve geral da categoria que durou cerca de duas semanas. O reajuste salarial alcança 26.372 servidores da Secretaria de Estado de Educação e Qualidade do Ensino (Seduc).

Acompanhado do futuro titular da Seduc, Luiz Castro, ele inspecionou as dependências da escola, que é uma das 37 unidades da rede estadual encontradas em situação precária pela nova gestão. "A transparência no diálogo com os professores tem sido o nosso mote. Estamos deixando claras todas as ações que nós estamos fazendo e onde é que os recursos estão sendo aplicados. Hoje temos essa boa notícia, que é o reajuste de 9,38% já no mês de janeiro", destacou o governador.

REFORMAS E CONCURSO

Na diretriz de transparência da administração, o governador também anunciou medidas emergenciais para recuperação de escolas da rede estadual de ensino. Ao todo, a nova gestão constatou que 251 escolas da rede estadual necessi-

Wilson diz o que viu

"A (escola) Nilo Peçanha não tem a menor condição de receber os estudantes porque o piso está comprometido, há problemas na fiação elétrica, infiltrações, mofo nas salas, quando chove os alunos não tem como ir ao banheiro", relatou o governador após inspeção no local ontem.

R\$ 350 milhões

É o valor do pacote de reforma das 251 escolas do Amazonas. De imediato, serão direcionados R\$ 4 milhões àquelas que estão em estado mais crítico.



Wilson Lima e Luiz Castro estiveram na escola, cujo prédio centenário está em péssimas condições, fazendo inspeção

tam de reformas ou reparos, sendo mais precária a situação de 37 unidades, sendo 29 no interior e oito na capital.

Wilson Lima foi conferir de perto a situação da Escola Estadual Nilo Peçanha, que funciona há 123 anos em um prédio tombado pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan). "De acordo com

levantamentos que foram feitos, 251 escolas do Amazonas necessitam de reformas. Dessas, 37 correm o risco de não funcionar", informou o governador.

É o caso do Nilo Peçanha, que no ano passado fechou com 280 alunos e a previsão era de que estivessem estudando nesse ano, a partir de fevereiro, 322 alunos, o que não vai acontecer devido à

atual situação do prédio.

Para mudar esse quadro, o governador anunciou um pacote de reformas nas 251 escolas, orçado em R\$ 350 milhões, investimento que será aplicado, inicialmente, nos prédios em situação mais precária. O governador também informou que retomou o concurso da Seduc e que o resultado final deve ser

divulgado no final de fevereiro.

O futuro secretário de Educação, Luiz Castro, que será hoje, destacou há várias escolas em estado deplorável na capital e mais ainda no interior. Ele informou que o governo vai trabalhar para diminuir esse fluxo negativo, que prejudica a classificação do Amazonas nos critérios do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb).

Resumo

Susam envia 8,4 mil bolsas de soro para o interior

↔ A Central de Medicamento do Amazonas (Cema) enviou, ontem, 8.400 bolsas de soro para 15 municípios do interior. De acordo com o vice-governador e secretário de Saúde (Susam), Carlos Almeida Filho, a entrega será suficiente para manter os estoques dos hospitais destes municípios por até 12 dias. "Isso nos permite manter o abastecimento das principais unidades de saúde até o final de janeiro, tempo suficiente para o planejamento de novas compras", disse. A nova gestão da Susam recebeu a Cema em situação crítica de fornecimento de itens básicos para a rede estadual. Além de 75% dos estoques zerados, foi identificada a existência de remédios vencidos, que somam um prejuízo estimado em R\$ 2 milhões.

'Mega Vestibular' da Estácio é amanhã

↔ As inscrições para o Mega Vestibular 2019.1 da Estácio já estão abertas e podem ser feitas por meio do site <http://portal.estacio.br/megavestibular>. O vestibular, com inscrição gratuita, acontecerá no próximo sábado, às 10h, 12h, 14h e 16h em todas as modalidades (presencial e EaD) e, por isso, basta os interessados selecionarem o campus, o curso, a modalidade e o horário de sua prova. Poderá participar do vestibular qualquer pessoa interessada em ingressar no ensino superior que já possua comprovante e/ou declaração de conclusão do Ensino Médio. Candidatos com as melhores notas ganharão bolsas.

CLIPPING

Título: Apoiando o gerenciamento de empresas

Veículo: Jornal do Commercio

Data: 18.01.2019

Caderno: Economia

Página: A7

Enfoque:
 Positivo (X) Negativo () Neutro ()

Plataforma digital Sesi Viva+ é lançada no Amazonas para atender programas como o eSocial

Apoiando o gerenciamento de empresas



O Sesi Amazonas (Serviço Social da Indústria) lançou ontem, no Sesi Clube do Trabalhador do Amazonas, o Sesi Viva+, plataforma digital para apoiar empresas no gerenciamento dos programas de saúde e segurança do trabalho e promoção da saúde. Participaram do evento de lançamento cerca de 200 representantes do PIM (Polo Industrial de Manaus).

De acordo com o presidente em exercício do Sistema Fieam, Nelson Azevedo, a plataforma Sesi Viva+ pretende atender às demandas do eSocial e das indústrias em gestão de SST e Promoção da Saúde, pois traz o benefício de ser um ambiente único de dados de saúde e segurança, e estilo de vida do trabalhador da indústria brasileira.

“O Sesi Viva+ vem para possibilitar a geração de informações qualificadas e estruturadas, além de dados para realizar estudos epidemiológicos como apoio às indústrias na redução de riscos legais, na redução de custos com saúde e afastamentos, na prevenção de acidentes e aumento da produtivi-

dade no trabalho”, disse Azevedo.

Para a engenheira e especialista do eSocial do Sesi Paraná, Alessandra Rolim Pescosolido, as empresas precisam se adequar às exigências do eSocial e encontradas na CLT (Consolidação das Leis do Trabalho). Não há novas

que encaminhar isso para o governo federal, vai ser uma forma de realmente comunicar que está seguindo às leis”, explica Pescosolido.

Pescosolido explica que, quando se fala de eSocial, é preciso compreender que será necessário envolver diversos setores da empresa como a alta gestão, RH (Recursos Humanos), Saúde e Segurança, T.I, Contabilidade e Jurídico, para que as informações cheguem unificadas no eSocial, sem falhas, e principalmente, com metas atingidas.

“Não é cabível que uma empresa que cumpra todas as exigências do PPRA (Programa de Prevenção de Riscos Ambientais), por exemplo, não diminua os riscos existentes no local de trabalho, se realmente realiza seus exames periódicos. É nesse sentido que o eSocial vai comprovar as informações repassadas a ele”, disse a especialista.

E para atender a essa necessidade das empresas foi que o Sesi reuniu uma equipe multidisciplinar com 54 profissionais de todo o

Plataforma une num ambiente único dados de saúde e segurança e estilo de vida do trabalhador da indústria

exigências, apenas nova forma de comprovar se a empresa está cumprindo a legislação, diz a especialista.

“Se a empresa exige um trabalhador, se precisa realizar o exame periódico do trabalhador, ela tem

Brasil e desenvolveu a plataforma adaptada a essa nova realidade: O Sesi Viva +, frisou a especialista.

“Não estamos mais falando em apenas cumprir prazos de envio de documentos e do simples cumprimento legal, estamos falando em gestão efetiva com acompanhamento dos históricos e evidências da redução do adoecimento, que geram mais economia e qualidade de vida para a empresa e colaboradores”, disse o gerente executivo de Saúde e Segurança na Indústria do Sesi Nacional, Emmanuel Lacerda.

Lacerda explicou que o Sesi Viva + é um sistema para que empresas tenham acesso a todas as informações de indicadores de SST, inclusive, o próprio trabalhador vai poder utilizar, por meio de um aplicativo móvel. A empresa vai poder interagir quando esse trabalhador realizar qualquer tipo de

curso ou capacitação, e colocar seu certificado, diploma na plataforma para acesso dos seus superiores, até como comprovante de que segue a legislação.

A superintendente do Sesi Amazonas, Rosana Vasconcelos, explica que com a plataforma é possível conhecer dados sobre saúde e hábitos dos trabalhadores para apoiar indústrias na prevenção de doenças e acidentes, na redução de custos com saúde e afastamentos e na diminuição de custos com planos de saúde.

“O Sesi Viva + é uma iniciativa do Departamento Nacional, compartilhada para todos os Regionais e, por meio de parcerias importantes, como a do Hospital Sírio-Libanês, realizará estudos epidemiológicos para avaliar possíveis agravos à saúde do trabalhador”, frisou Vasconcelos.

Gerente de SST e Especialida-

des Médicas do Sesi Amazonas, Cláudio Palheta, acrescentou que a plataforma irá garantir às indústrias amazonenses o que há de mais moderno e eficiente em saúde e segurança no trabalho e conta com parcerias de instituições internacionalmente reconhecidas nessas áreas como o Instituto de Saúde Ocupacional da Finlândia, o media X da Universidade de Stanford e a Universidade de Harvard.

Na ocasião, o Sesi homenageou empresas parceiras e que já aderiram à plataforma Sesi Viva +, a exemplo da Isotek da Amazônia, representada pela Mabilly Paes do RH, que se disse muito satisfeita com os serviços do Sesi Amazonas. “Nossas obrigações com o eSocial em relação ao SST são apenas para 2020, mas já estamos nos antecipando para o bem-estar de todos os nossos funcionários”, frisou Paes.



CLIPPING

Título: Energia solar deve crescer 44% no Brasil

Veículo: Jornal do Commercio

Data: 18.01.2019

Caderno: Negócios

Página: B3

Enfoque:
 Positivo () Negativo () Neutro (X)

Impulso da geração distribuída deve puxar a virada para o mercado solar

Energia solar deve crescer 44% no Brasil

O Brasil deverá ter um salto de 44% na capacidade instalada de energia solar em 2019, o que levaria o país à marca de 3,3 gigawatts (GW) da fonte em operação, projetou em entrevista à Reuters o presidente da Absolar (Associação Brasileira de Energia Solar Fotovoltaica), Rodrigo Sauaia.

O ano também deve marcar uma virada para o mercado solar brasileiro, segundo a entidade, com a expansão puxada pela primeira vez pela chamada geração distribuída — em que placas solares em telhados ou terrenos geram energia para atender à demanda de casas ou de estabelecimentos comerciais e indústrias.

Os projetos de GD (geração distribuída) deverão acrescentar 628,5 megawatts (MW) em capacidade solar ao país, um crescimento de 125%, enquanto grandes usinas fotovoltaicas devem somar 383 MW até o final

do ano, um avanço de 21%.

“É uma marca importante para a geração distribuída. Aquela visão do passado de que a GD é cara não se sustenta mais, ela se tomou uma opção acessível, e existem diversas linhas de financiamento. A GD está ganhando participação no mercado brasileiro”, disse o presidente da Absolar.

Entre 2017 e 2018, a geração distribuída já havia mostrado ritmo mais forte, com expansão de 172%, contra 86% nas grandes usinas

Entre 2017 e 2018, a geração distribuída já havia mostrado ritmo mais forte, com expansão de 172%, contra 86% nas grandes usinas, mas os projetos de GD, menores, adicionaram naquele período 317 MW, contra 828 MW dos empreendimentos de grande porte, viabilizados após leilões de energia do governo.

Com a disparada das tarifas de energia no Brasil desde 2015 e a redução nos custos de equipamentos fotovoltaicos, os investimentos em GD podem ser recuperados em um período de três a sete anos, de acordo com



Mercado livre de energia é novo marco no país

Sauaia.

A nova dinâmica é resultado também da recente crise financeira atravessada pelo Brasil, que reduziu a demanda por eletricidade e levou ao cancelamento de um leilão de contratação de usinas renováveis em 2016.

Depois, em 2017 e 2018, as contratações de grandes usinas solares foram retomadas, mas os projetos viabilizados nos últimos

leilões têm obrigação contratual de iniciar operação em 2021 e 2022, enquanto a geração distribuída tem continuado a crescer em ritmo acelerado.

“Com isso, esse ano de 2019, e até 2020, serão anos de enorme desafio para a geração centralizada... A Absolar recomenda que o novo governo estruture um planejamento previsível, com continuidade de contratação, para

que o setor consiga se planejar”, disse Sauaia, acrescentando que o cancelamento de leilões em 2016 gerou enorme frustração em investidores.

A Absolar estima que a expansão da fonte neste ano deverá gerar investimentos totais de R\$ 5,2 bilhões, com cerca de R\$ 3 bilhões para a geração distribuída.

Apesar da forte expansão, a energia solar ainda tem presença

incipiente na matriz elétrica do Brasil, dominada por grandes hidrelétricas. A fonte responde atualmente por cerca de 1% da capacidade instalada no país, de acordo com dados da Aneel (Agência Nacional de Energia Elétrica).

O mercado solar brasileiro é liderado atualmente pela italiana Enel, que possui 703 MW em capacidade em usinas solares em operação no país, seguida pela francesa Engie, com 218 MW e pela Atlas Renewable Energy, da empresa de investimentos britânica Actis, com 174 MW, segundo dados da consultoria ePowerBay.

O ranking poderá ainda em breve ser liderado pela chinesa CGN Energy International, que está em processo de aquisição de 450 MW em usinas solares da Enel, em negócio anunciado na quarta-feira.

A transação, quando concretizada, deve deixar a Enel na vice-liderança.

Também se destacam no setor solar do Brasil a Omega Geração e a francesa EDF (com 160,5 MW cada), a norte-americana AES, com a controlada AES Tietê (150 MW), a norueguesa Scatec (132 megawatts) e a espanhola GPG, da Naturgy (ex-Gas Natural Fenosa, com 120 MW), segundo o ranking da ePowerBay. As informações são da Reuters.

CLIPPING

Título: Opinião

Veículo: Em Tempo

Data: 18.01.2019

Caderno: Opinião

Página: 3

Enfoque:
Positivo () Negativo () Neutro (X)

ZONA FRANCA

O jornal Folha de São Paulo, na edição de ontem, cravou que a lei prorrogando por cinco anos o desconto de 75% no Imposto de Renda devido por empresas sediadas nas áreas de influência das Superintendências de Desenvolvimento da Amazonia (Sudam) e do Nordeste (Sudene) vai virar letra morta muito rapidamente.

ZONA DESPROTEGIDA

Segundo a Folha, o ministro do Tribunal de Contas da União, Bruno Dantas, vai questionar a legalidade da lei, alegando que a União desrespeita a Lei de Responsabilidade Fiscal ao conceder esse desconto no IR das empresas.

ZONA DESCARTADA

Essa jogada ensaiada entre o governo

Bolsonaro e o TCU tem a assinatura do ministro da Economia, Paulo Guedes, que, em encontro com o governador Wilson Lima (PSC), sinalizou que concessão de incentivos fiscais não é muito a área dele, que prefere livre mercado.

CLIPPING

Título: No Amazonas, sem infraestrutura, não haverá crescimento

Veículo: Em Tempo

Data: 18.01.2019

Caderno: Articulistas

Página: 4

Enfoque:
Positivo () Negativo () Neutro (X)



GINA MORAES

É advogada

No Amazonas, sem infraestrutura, não haverá desenvolvimento

Quando começou e quem concluiu a abertura e o asfaltamento da Estrada AM 10, Rodovia Torquato Tapajós, que liga Manaus a Itacoatiara? O Amazonas, com o fim da II Guerra Mundial, recompunha-se de mais um esvaziamento do Ciclo da Borracha, na década de 50, quando os governadores Plínio Coelho (1955-1958) e Gilberto Mestrinho (1959 a 1962) deram largada e sequência ao projeto sonhado por Marquês de Pombal, em sua utopia de fazer de Itacoatiara, a Velha Serpa, a capital do Amazonas e celeiro exportador de uma agricultura e agroindústria arrojadas desde o século XVIII. O asfaltamento teve o apoio de Arthur Reis e foi concluído por Henoch Reis, já no Regime Militar, em clima de expansão da Zona Franca de Manaus. Pesquisando a história, cabe registrar que a primeira notícia que se tem da construção entre as duas Cidades é de 1890, proposta do engenheiro amazonense, Torquato Xavier Monteiro Tapajós, que recomendou a conexão por Estrada de Ferro. Naquele momento, dizem os anais da economia, a borracha respondia por 45% do PIB do Brasil.

Como pensar em um futuro para o Amazonas, com o desenvolvimento de novos potenciais econômicos, sem infraestrutura de transportes concomitantes com a alternativa fluvial de que dispomos? Ao analisar a situação das principais rodovias importantes do Estado, a BR 319 e a BR 174, precárias soluções federais: uma sem manutenção/recuperação há três décadas e a outra sem acostamento nem cuidados ordinários desde sempre, constata-se que o abandono também é a postura clássica dos últimos governos estaduais. Sem escoamento, não há produção nem progresso. Sem estradas ou transportes fluviais rápidos e econômicos, não há desenvolvimento capaz de alavancar a sonhada prosperidade de uma das regiões mais aquinhoadas de riquezas naturais de que se tem notícia. A partir do século XXI, o Amazonas bateu os recordes comparativos de riqueza com a virada dos séculos XIX ao XX. Torramos essa riqueza com obras de suspeitável prioridade como uma ponte que poderia ser feita a custo zero e

um estádio sem times para jogar nem futebol para empolgar.

A buraqueira da AM 010, que liga Manaus e que conecta vocações extraordinárias de negócios entre Manaus, Rio Preto, Silves, Urucará e Itacoatiara, não comporta o fluxo de veículos leves e pesados que circulam por ela e cuja manutenção é praticamente inexistente, o que colabora com inúmeros acidentes registrados e com muitas mortes. Mortes essas que poderiam ter sido evitadas se as gestões passadas tivessem respeito ao cidadão e ao discurso de interiorização do desenvolvimento. Como se espera levar o desenvolvimento ao Interior do Estado do Amazonas sem as obras de infraestrutura? Nesses Municípios, marcados por oportunidades de agricultura, agronegócios, produtos florestais madeireiros e não madeireiros, minérios, como a silvinita, incluindo petróleo e gás, entra governo e sai governo, gastando no custeio da máquina pública perdulária o recurso que deveria ser investido no desenvolvimento regional.

Em cinquenta anos de Zona Franca de Manaus, onde foram parar os recursos gerados pela Indústria? A cada ano, mais de um bilhão de reais é recolhido para interiorizar o desenvolvimento e o que sabemos é que o Amazonas, um dos Estados que ajuda a pagar as contas do Brasil, tem onze Municípios entre os cinquenta mais miseráveis do País. Quantos benefícios deixamos de distribuir e oportunizar aos jovens ávidos pelo mercado de trabalho e cooptados, em muitos casos, pela economia do tráfico? Temos escolhido mal nossos governantes ou sido vítimas de manobras eleitoreiras que iludem o eleitor com promessas enganosas? Onde foram parar os recursos para pequenas e médias empresas para produzir peixes, laticínios, laminados e móveis de madeira? Temos gás em Silves, petróleo em Nova Olinda, potássio em todo o Baixo Amazonas, riqueza e desemprego para todo os lados. Os incontáveis benefícios suprimidos e a vexaminosa a apologia da biodiversidade e constrangimento com omissão e irresponsabilidade dos gestores públicos...até quando?

CLIPPING

Título: Prefeitura faz ação contra poluição visual

Veículo: Em Tempo

Data: 18.01.2019

Enfoque:
Positivo (X) Negativo () Neutro ()

Caderno: Dia a Dia

Página: 9

Operação "Manaus Mais Limpa" ocorreu na Zona Centro-Sul de Manaus, e apreendeu 166 engenhos publicitários, placas, faixas e dentre outros

Prefeitura faz ação contra poluição visual

Rebeca Mota

Com o objetivo de combater a poluição visual em áreas públicas, o Instituto Municipal de Ordem Social e Planejamento Urbano (Implurb) e Conselho Regional de Corretores de Imóveis do Amazonas e Roraima 18ª Região (Creci AM/RR) realizaram ontem (17), junto com secretarias municipais da capital amazonense, a operação "Manaus Mais Limpa" no conjunto Vieira Alves, bairro Nossa Senhora das Graças e Adrianópolis, ambos na Zona Centro-sul. Foram apreendidos 166 engenhos publicitários, como faixas, placas, cavaletes, galhardetes e lãmbes-lãmbes.

De acordo com o diretor-presidente do Implurb, Claudio Guenka, a ação retirou placas irregulares das ruas da cidade. "Temos o objetivo de fazer uma limpeza visual na cidade de Manaus. Vamos ori-

entar de forma educativa a retirada das faixas e banners que estão afixados de forma irregular", destaca Guenka.

Segundo ele, comerciantes que querem divulgar o seu trabalho, o seu negócio e eventos de maneira regular devem ir até o Implurb para buscar uma orientação.

Ação conjunta

A operação é uma ação conjunta com Ouvidoria da Prefeitura, Implurb, Semmas, Casa Militar, Procon e Creci-AM/RR. Os trabalhos iniciaram na Zona Centro-sul da cidade, mas vão expandir para as Zonas Oeste, Norte e Leste.

O presidente do Creci AM/RR Paulo



Ídine MORENO
Órgãos da Prefeitura de Manaus e Creci AM/RR participaram da operação Manaus Mais Limpa na Zona Centro-Sul da capital amazonense

Mota Júnior acompanhou toda a operação e destaca que o Conselho já vem fazendo esse trabalho com reuniões entre os órgãos e secretarias do município. "O objetivo do Creci é combater o exercício ilegal da profissão, pois geralmente é feito de maneira irregular, estelionatários e aventureiros que querem fazer o sonho do cliente um pesadelo. E essas pessoas acabam fixando placas nos muros, postes públicos sem o número do Creci", conta.

Penalidades

O ouvidor da Prefeitura de Manaus Rodrigo Guedes afirma que a multa para quem afixar placas irregulares em lugares públicos sem permissão dos órgãos responsáveis é de até R\$ 10 mil. "Nossa missão é fiscalizar essa questão da publicidade. Não queremos só retirar", enfatiza Guedes.

CLIPPING

Título: Conjunto Eldorado terá obras para receber o gás natural da Cigás, a partir desta sexta

Veículo: Diário do Amazonas

Data: 18.01.2019

Enfoque:
Positivo () Negativo () Neutro (X)

Caderno: Economia

Página: 9

Conjunto Eldorado terá obras para receber o gás natural da Cigás, a partir desta sexta

A partir desta sexta-feira, a Cigás dará início às obras de implantação da rede de gás no bairro Parque 10 de Novembro, prioritariamente no conjunto Eldorado, zona centro-sul de Manaus. Serão incorporados, aproximadamente, 3,5 quilômetros de gasodutos no sistema de distribuição na capital amazonense, que atualmente possui 116 quilômetros no total. A

Companhia estima atender 1.996 unidades habitacionais e 29 comércios no novo trecho. As obras terão início na Rua Altair Severiano e, em seguida, ocorrerão na Rua do Caranguejo e na Rua O. A Cigás executará as obras no horário das 7h30 às 16h, e eventualmente das 2h às 5h, a fim de evitar impactos ao fluxo de veículos, bem como ao comércio local, que é predominantemente

noturno.

A segunda etapa do trecho ocorrerá a partir de fevereiro, na Avenida Darcy Vargas, e contemplará uma expansão da rede existente, localizada em frente ao Amazonas Shopping, até a Rua Anderson Veras, seguindo pela Avenida Maneca Marques. Por fim, a terceira etapa de obras, prevista para março, seguirá da Rua Wilson de Castro, pela Rua Professor Benchimol, por trecho da Avenida Humberto Calderaro, até acessar novamente a Maneca Marques.



CLIPPING

Título: Entidades instalam GT de inovações tecnológicas

Veículo: Em Tempo

Data: 18.01.2019

Enfoque:
Positivo () Negativo () Neutro (X)

Caderno: Economia

Página: 12

Objetivo é construir propostas que ajudem o Estado a repensar o desenvolvimento do Amazonas para os próximos 50 anos, além da Zona Franca de Manaus

Entidades instalam GT de inovações tecnológicas

Sugerir políticas públicas para definir regulamentações no Estado do Amazonas sobre o modelo de Indústria 4.0. Esta é a proposta da instalação, nesta semana, do Grupo de Trabalho de Inovações Tecnológicas, formado por sete entidades dos ramos da economia, do direito e da tecnologia e inovação. Cada entidade irá contribuir na sua área de atuação, com ideias e propostas para a discussão do assunto, que acontecerá agora de forma regular, seja por meio de reuniões físicas e fóruns online.

O grupo nasce formado pelo Conselho Regional de Economia (Corecon-AM), juntamente com o Conselho Regional de Engenharia e Arquitetura (Crea-AM), Ordem dos Advogados do Brasil (OAB-AM), Serviço Nacional da Indústria (Senai), Conselho de Desenvolvimento Econômico, Sustentável e Estratégico



Entre as principais pautas do grupo de trabalho está o modelo de Indústria 4.0

de Manaus (Codese), Samsung Ocean/UEA e UniNorte.

Para o presidente do Corecon, Francisco Mourão Júnior, é urgente necessidade de se repensar o atual e único mode-

lo de desenvolvimento do Estado para os próximos 50 anos, corrigindo distorções e promovendo os ajustes em suas dinâmicas operacionais, a fim de finalmente definir a nova ma-

triz produtiva do Polo Industrial de Manaus (PIM) sustentada, sobretudo, pelos recursos da biodiversidade empregados na produção de alimentos, da exploração mineral, do ecoturismo e da bioeconomia e das cadeias produtivas padrão 4.0. "Em novembro passado, o Conselho lançou um manifesto em defesa da Zona Franca e o entregou a todas as autoridades regionais. Acreditamos que o Amazonas deu um grande passo com a prorrogação da política de incentivos fiscais. Porém, hoje, o PIM apresenta diminutas possibilidades de expansão, face às dificuldades de aqui se estabelecerem novas cadeias produtivas fora do contexto indústria 4.0, perfil tecnológico, no curto e médio prazo, ainda fora de alcance", afirmou Mourão Júnior, esperando que esse Grupo de Trabalho, junto com outras entidades, possa agre-

gar novos conhecimentos e propostas para auxiliar os governantes em futuros projetos técnicos.

Prejuízos

A Conselheira Federal do Cofecon (Conselho Federal de Economia), Denise Kassama, explicou sobre a necessidade de discussão desse assunto, uma vez que a indústria 4.0, além de trazer vários bônus para a economia regional, pode resultar também em prejuízos, uma vez que pode comprometer a geração de emprego e renda. "É necessário definir o núcleo da Indústria 4.0 e, a partir daí, definir os nichos que são afetados por esse modelo econômico", sugeriu ela, propondo ainda que o assunto possa ser debatido com mais profundidade no Encontro de Entidade de Economistas da Amazônia (Enam), a ser realizado em Manaus, no mês de maio.

CLIPPING

Título: Projeto prevê uso do FGTS na compra de imóvel para pai ou filho

Veículo: Senado

Data: 17.01.2019

Enfoque:
Positivo (X) Negativo () Neutro ()

Caderno: Geral

Página: Online

Link: <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2019/01/17/projeto-preve-uso-do-fgts-na-compra-de-imovel-para-pai-ou-filho>

Projeto prevê uso do FGTS na compra de imóvel para pai ou filho

Da Redação | 17/01/2019, 11h48

Três novas hipóteses para resgate do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) pelo trabalhador podem ser incluídas na lei: o financiamento de um imóvel para o pai ou para o filho; o pagamento de dívida de imóvel rural pertencente ao titular, a seus pais ou filhos; e a aquisição de um imóvel pertencente a parente do titular que seja objeto de inventário. Neste último caso, permite que um dos herdeiros possa comprar as partes dos demais com recursos do fundo.

É o que propõe o PLS 337/2015, do ex-senador Donizete Nogueira (TO), já aprovado na Comissão de Assuntos Sociais (CAS) e que está pronto para votação final na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE). O relator, senador Elmano Férrer (Pode-PI) apresentou voto favorável ao projeto, argumentando que o texto aperfeiçoa a Lei do FGTS (Lei 8.036, de 1990) porque cumpre a função social do fundo, permitindo ao trabalhador a formação de uma reserva monetária que possa ser utilizada em situações “de alta importância pessoal”.

A matéria chegou a ser enviada para a Secretaria-Geral da Mesa para análise de requerimentos de tramitação conjunta com outros projetos de conteúdo semelhante. Com o término da legislatura, os requerimentos deixaram de ser lidos e foram arquivados. O PLS 337 retornou para a CAE para prosseguimento da tramitação.

Agência Senado (Reprodução autorizada mediante citação da Agência Senado)

CLIPPING

Título: Governo quer antecipar nova tecnologia para baratear Minha Casa, Minha Vida

Veículo: O Globo

Data: 15.01.2019

Enfoque:
Positivo (X) Negativo () Neutro ()

Caderno: Geral

Página: Online

Link: <https://oglobo.globo.com/economia/governo-quer-antecipar-nova-tecnologia-para-baratear-minha-casa-minha-vida-23374811>

Governo quer antecipar nova tecnologia para baratear Minha Casa, Minha Vida

Ideia é que obras fiquem até 20% mais baratas com modelagem em três dimensões

Gabriela Valente

15/01/2019 - 18:25 / Atualizado em 15/01/2019 - 18:26

BRASÍLIA — A equipe econômica estuda tornar obrigatório o uso de uma nova tecnologia para a construção de casas populares no programa **Minha Casa, Minha Vida** a partir de 2022. Até agora, o uso do **Building Information Modeling (BIM)** — em português, Modelagem da Informação da Construção — era previsto apenas para 2028. A estratégia pode baratear as obras em até 20%.

Isso porque a modelagem é feita em três dimensões. Assim, o construtor sabe exatamente onde ficarão portas e janelas, por exemplo. Não será preciso, por exemplo, construir uma parede para depois quebrá-la para encaixar batentes. A diferença não está na construção, que ainda é feita com tijolo e cimento. O que muda com essa tecnologia é a forma de erguer a obra. Tudo é feito como se a casa ou prédio saíssem de uma impressora 3D.

Para construir nesse formato é preciso ter um banco digital de imagens de portas, encanamentos, janelas e outros itens. É como se fosse uma grande biblioteca. As grandes empreiteiras já têm esse tipo de arquivo, mas as pequenas ainda não. A ideia é disponibilizar isso gratuitamente para todos os construtores e dar maior competitividade para os menores, aumentando a concorrência no mercado.

A Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial (ABDI) está à frente desse programa. A equipe econômica de Jair Bolsonaro deu novas diretrizes para a única agência que ficou no guarda-chuva do super Ministério da Economia. Ela terá de desenvolver soluções para o mercado e setor público para "digitalizar" a economia.

Terá de pensar propostas para estimular, por exemplo, a indústria 4.0, cidades do futuro, BlockChain e outras iniciativas de tecnologia que podem ter rápido impacto econômico.



CLIPPING

Título: Juiz segue nova lei e fixa limite de distrato em 25% do valor pago

Veículo: Conjur

Data: 15.01.2019

Enfoque:
Positivo (X) Negativo () Neutro ()

Caderno: Geral

Página: Online

Link: <https://www.conjur.com.br/2019-jan-15/juiz-segue-lei-reduz-distrato-estabelecido-empresa>

RESCISÃO DE CONTRATO

Juiz segue nova lei e fixa limite de distrato em 25% do valor pago

15 de janeiro de 2019, 17h30

[Por Ricardo Bomfim](#)

A retenção a título de distrato do que foi pago em imóvel não pode superar 25% do total que foi desembolsado pelo comprador. Esse foi o entendimento do juiz Senivaldo dos Reis Junior, da 7ª Vara Cível, no caso de um consumidor que desistiu da compra de um apartamento por não ter como dar conta do restante do financiamento depois de pagar R\$ 96,7 mil somando-se entrada e primeiras parcelas para um imóvel que, ao todo, vale R\$ 327 mil.

O que ensejou a ação foi a insistência da empresa em fazer valer a cláusula 33 do contrato de aquisição, segundo a qual, a incorporadora poderia reter 12% do total da venda em caso de desistência. Se fosse observada a regra, o valor que ficaria com a companhia seria de R\$ 39 mil ou 45% de tudo o que foi pago pelo comprador.

De acordo com o juiz, os contratos devem obedecer à nova lei dos distratos, Lei 13.786/2018, que limita em 25% do valor pago pelo consumidor a retenção que a incorporadora pode fazer. "Anoto que a redação atual do artigo 67-A, parágrafo 5º da Lei 4.591/64 traz a hipótese de retenção de até 50%, desde que haja a instituição do denominado patrimônio de afetação. Ocorre que a única e exclusiva menção trazida aos autos é a encontrada na cláusula 49 do contrato que narra a faculdade da incorporadora em tornar o imóvel como patrimônio de afetação, mas não há prova que o fez, portanto deve ser mantido o percentual do caput do artigo 67-A, inciso II da Lei 13.786", destacou.

Assim, o magistrado determinou que haja a rescisão do contrato de aquisição do imóvel, com devolução, por parte da incorporadora, de 75% do que foi pago pelo comprador, podendo reter apenas 25%. Com informações da assessoria do TJ-SP.

